

VIOLÊNCIA E EDUCAÇÃO

IMPACTOS E TENDÊNCIAS

VIOLENCE AND EDUCATION: TRENDS AND IMPACTS

Maria Cecília de Souza Minayo*

Pesquisadora Titular - FIOCRUZ | Brasil

E-mail: cecilia@claves.fiocruz.br

REVISTA PEDAGÓGICA

Revista do Programa de Pós-graduação em Educação da UnoChapecó | ISSN 1984-1566

Universidade Comunitária da Região de Chapecó | Chapecó-SC, Brasil

Como referenciar este artigo: MINAYO, M. C. S. Violência e Educação: impactos e tendências. **Revista Pedagógica**, Chapecó,

v.15, n.31, p. 249-264, jul./dez. 2013.

RESUMO: Neste ensaio, busca-se definir e problematizar as relações entre violência e educação. A violência é aqui tratada como uma questão histórica e cultural e que se expressa na subjetividade. O texto ressalta suas expressões mais comuns e de longa duração e outras que acompanham a evolução na sociedade nas suas manifestações e quanto a sua relevância. Embora o texto ressalte a complexidade do tema que não pode ser atribuído a apenas um fator, aprofunda a sua relação com a educação, como meio de superação e prevenção. Mas também como espaço de aculturação, responsável pelo aprofundamento da violência. O artigo ressalta, como conclusão, a necessidade dos investimentos em educação como um caminho para superar desigualdades de oportunidades e direito de cidadania, exatamente o antídoto da violência.

PALAVRAS-CHAVE: Violência. Direitos humanos. Educação. Cidadania. Juventude.

ABSTRACT: This essay defines and analyses the relationship between violence and education. Violence is treated here as a historical and cultural issue that is expressed in the subjectivity. The text emphasizes the most common and long lasting forms of the phenomenon and its contemporary development with its main manifestations and relevancies. Although the text highlights the complexity of the theme that cannot be attributed to just one factor, it deepens on its relationship with education as a mean of overcoming and prevention. But it also shows the school as a space where violence is expressed as a form of acculturation in this sense. The article emphasizes the need to invest in education as a way to overcome inequalities of opportunity and right to citizenship, exactly the antidote against violence.

KEYWORDS: Violence. Human rights. Education. Citizenship. Youth.

* Pesquisadora titular da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Coordenadora Científica do Centro Latino-Americano de Estudos sobre Violência e Saúde (CLAVES/ENSP/FIOCRUZ). E-mail: cecilia@claves.fiocruz.br

¹ Marcel Mauss introduziu na sociologia e na antropologia a noção de fato social total, para falar do caráter tridimensional da experiência humana em sociedade que, pelos seus estudos, provaram ter múltiplos e sincrônicos aspectos: a dimensão histórica ou diacrônica, a dimensão psicopsicológica e a dimensão social propriamente dita, tudo isso configurando um “fato social total” e específico. Ou seja, os aspectos biológicos, fisiológicos e psicológicos se incluem na forma como a questão social se apresenta. Esse pensamento serve, sobremaneira, para os estudos da violência, esse fenômeno que nunca poderá ser explicado apenas por meio de abordagens unidisciplinares.

INTRODUÇÃO

Este texto inicia-se apresentando uma definição de violência como uma questão social e histórica complexa, que tem as características do fato social total, segundo Marcel Mauss (1950)¹. E, em seguida, aprofunda uma discussão sociológica sobre o fenômeno e suas implicações para a educação.

Entende-se por violência qualquer situação em que uma pessoa perde o reconhecimento do seu papel de sujeito e é rebaixada à condição de objeto, mediante o uso do poder, da força física ou de qualquer outra forma de coerção. A violência é tão antiga como o ser humano e se confunde com a sua própria história. Não é possível, pois, abordar a violência, seja na perspectiva da sua explicação, seja na perspectiva do seu enfrentamento, sem investigar os elementos que tornam sua presença tão persistente na vida social.

O texto se divide em três partes: discussão da violência como um fenômeno complexo; as especificidades da violência brasileira; e o papel da educação frente à violência e à criminalidade.

VIOLÊNCIA COMO UM FENÔMENO COMPLEXO

Um dos problemas principais que se encontra tanto nos estudos como nas práticas de prevenção da violência é a sua etiologia e a sua pluricausalidade. Fenômeno eminentemente social, a violência nasceu com a sociedade. Todos os mitos originários (Domenach, 1981) conhecidos da humanidade, em alguma medida, falam da luta fratricida como elemento constitutivo das organizações sociais (Minayo, 2012). De todas as suas expressões, os fenômenos mais preocupantes hoje no Brasil são o elevadíssimo número de homicídios e a violência difusa que alimenta e é alimentada por um imaginário de medo e insegurança. Por isso, coloca-se atenção especial a esses problemas neste texto (Souza, 2012).

A história de Caim e Abel na Bíblia é exemplo de como é quase impossível falar de qualquer trajetória humana sem reconhecer a convivência com o uso da força, da experiência de dominação e das tentativas de exclusão do outro. Apesar de ser um problema do cotidiano, a violência é de difícil interpretação e alguns historiadores entendem que suas formas acompanham as mudanças históricas no espaço e no tempo e são termômetros da dinâmica social, embora suas expressões pudessem ser consideradas como um ‘fato social total’ tal como definia, no início do século XX, o antropólogo Marcel Mauss (1950).

Segundo algumas teorias biológicas, por exemplo, fatores de natureza fisiológica, bioquímica, neurológica e genética são os responsáveis pela violência. Distúrbios no metabolismo, diferenças hormonais, distúrbios de regula-

ção das emoções pelo eixo hipotálamo/hipófise/adrenal, carga genética de indivíduos propensos à violência, ou de indivíduos mais susceptíveis a álcool e drogas ou a certas circunstâncias, são exemplos de causas biológicas aventadas para explicar a violência (Virkkunen et al., 1995; Zamora, 2002). Por inúmeras razões, no entanto, nenhuma explicação desse fenômeno se esgota no nível biológico, ou pela inexistência de estudos conclusivos a respeito ou pelo caráter multicausal resultante da complexidade das interações e níveis envolvidos na sua produção. Assim, nem mesmo os adeptos das teorias biologicistas apostam numa posição determinista de explicação da violência. De uma maneira ou de outra, relativizam suas teses e, de forma praticamente consensual, as teorias que apontam a predisposição genética cedem lugar a outra perspectiva: a da interação entre fatores biológicos, ambientais, psicológicos e sociais.

Essa inter-relação ocorre em múltiplas direções, ou seja, fatores biológicos atuam como fatores de risco ou fatores protetivos e fatores ambientais e contextuais atuam sobre os aspectos biológicos, com a capacidade de compensar ou potencializar os efeitos (Janssen et al., 2005; Craig; Halton, 2009). Quem atua na saúde, por exemplo, sabe das insuficiências do reducionismo da racionalidade biomédica, tendo em vista a vinculação dos problemas de saúde com o modo de ‘andar a vida’ e com o papel da cultura e da autonomia na produção da saúde, do adoecimento e dos agravos, como é o caso da violência (OMS, 2002; Minayo, 2005).

Filósofos e cientistas sociais, porém, têm contribuído para teorizar o assunto e mostrar a proeminência dos aspectos sociais sobre os biológicos. Domenach (1981), um conhecido e importante filósofo francês, por exemplo, sublinha a ideia de que a violência está inscrita e arraigada não só nas relações sociais, mas principalmente é construída no interior das consciências e das subjetividades. Portanto, ela não pode ser entendida apenas como uma força exterior aos indivíduos e aos grupos. A visão de Domenach (1981) se projeta na direção contrária ao senso comum, que costuma compreender a violência sempre como um fenômeno produzido pelo outro. O autor também reforça a ideia de que nenhuma violência pode ser analisada nem tratada fora da sociedade que a produz.

Domenach (1981) e o demógrafo francês Chesnais (1981) consideram que a percepção negativa e condenatória das várias formas de violência é um passo muito positivo alcançado pela humanidade, porque essa consciência acompanha o progresso do espírito democrático. Pois quanto mais uma sociedade avança, mais ela repudia o emprego ilegítimo da força física, moral ou política a favor do domínio da convivência pacífica na vida cotidiana e o respeito às leis e normas sociais nas relações sociais.

A filósofa Hannah Arendt que escreveu textos importantes sobre a violência (1999) e estudou os totalitarismos do século XX (2004), considera a violência um meio e um instrumento para a conquista do poder. Mas não a confunde com o poder que, ao contrário da violência, constitui-se numa delegação de vontades para que alguém as represente legitimamente. Já, ao invés, ela chama atenção para o fato de que só existe violência quando há incapacidade de argumentação e de convencimento do outro, e aí a vontade do poderoso se impõe pela força. Um exemplo muito simples que pode tornar claro o pensamento da autora é o exercício do poder patriarcal que tende a anular os desejos, as possibilidades e a liberdade da mulher e das crianças numa casa onde o machismo domina.

Essa autora ressalta que não vê positividade alguma nas várias formas de violência, como alguns outros filósofos ou teóricos parecem enxergar. E expressa isso de forma contundente na obra em que analisa o nazismo e o estalinismo, evidenciando as expressões de crueldade nas experiências políticas totalitárias. Por isso, na construção de sua argumentação, reage aos autores que promovem uma visão teleológica da violência. Por exemplo, manifesta-se contra a visão de Engels (1991) que a valoriza como um acelerador do desenvolvimento econômico. Questiona como ingênuo e simplificador, o pensamento do sociólogo Fanon (1979) que a considera como a vingança dos deserdados. E não concorda nem com o também sociólogo Sorel (1993) que a define como mito necessário para a mudança da sociedade desigual em direção a uma sociedade igualitária de base popular. Também discorda do filósofo Sartre (1973), que considera a violência inevitável quando há escassez e os seres humanos lutam por necessidades básicas.

Do ponto de vista da subjetividade, a obra de Freud (1974, 1974a, 1991) traz várias interpretações da violência que, como se pode observar, acompanham diferentes etapas de seu pensamento. Em seus primeiros escritos, o autor a associa à agressividade instintiva do ser humano, o que o levaria a fazer sofrer e a matar seu semelhante. Num segundo momento, define-a como instrumento de arbitragem de conflitos, sendo um princípio geral da ação humana frente a situações competitivas. Numa terceira etapa, avança para a ideia de construção de uma comunidade de interesses. É dessa identidade comum, segundo o autor, que surgem os vínculos emocionais entre os membros de um grupo, levando-os a preferirem a civilização, o diálogo e a convivência pacífica ao uso puro e simples da força.

Já os sociólogos Manuel Castells (2003) e Michel Wieviorka (1997, 2006) dão ênfase à historicidade das expressões de violência e ressaltam que suas características pós-modernas têm, sobretudo, bases econômicas. Esses autores mostram como a violência social hoje tende a se organizar seguindo os mesmos moldes que as grandes

empresas e a se beneficiar das facilidades geradas pelas revolucionárias transformações nos modos de produção de riqueza e dos aparatos técnico-informacionais e comunicacionais. Ao mesmo tempo, é preciso dizer, permanecem em vigência e na maioria das culturas, expressões de longa duração, tais como a violência intrafamiliar, a de gênero, a institucional e as que ocorrem nas relações interpessoais.

VIOLÊNCIA NO CONTEXTO DO CONTEXTO BRASILEIRO E INTERNACIONAL

O Brasil ocupa hoje o quarto lugar no ranking das mortes violentas na América Latina, depois de Colômbia, El Salvador e Venezuela (Guerrero et al., 2010). As lesões e os traumas físicos e psicológicos por agressões que afetam a saúde dos brasileiros são responsáveis, atualmente, pela 3ª causa de mortalidade geral e é a primeira causa nas amplas faixas etárias de 5 a 49 anos. Nos casos que exigem internação, a violência, as lesões e os traumas ocupam o 6º lugar de importância, mas consomem o dobro de recursos públicos que qualquer outro tipo de hospitalização (Minayo, 2005; Souza et al., 2005). Além das mortes e lesões que levam às internações, a violência ocorre silenciosamente nas relações sociais, familiares, institucionais e comunitárias sempre que alguém usa seu poder ou sua força para ferir, aniquilar, humilhar e fazer sofrer o outro.

Embora o perfil das mortes violentas no Brasil, sobretudo dos homicídios, sigam tendência mundial como se verá a seguir, ceifando, sobretudo os jovens do sexo masculino, aqui as vítimas preferenciais são os pobres, de baixa escolaridade, com pouca ou nenhuma qualificação profissional, moradores das periferias sendo, em sua maioria, negros e pardos. Esses homicídios, no seu conjunto, não formam uma totalidade homogênea, no entanto, os resultados das investigações no país reafirmam fortemente essa tipificação. As pesquisas mostram também, que eles estão basicamente relacionados a conflitos com a polícia, desavenças entre grupos de narcotraficantes ou gangues organizadas, desentendimentos interpessoais e familiares, abuso de álcool e outras drogas, nas cidades e nas regiões de fronteira e de conflitos agrários no campo (Minayo, 1994, 2005, 2012). Em todos esses eventos, é cada vez mais frequente o uso de armas de fogo (Brasil, 2004).

Sendo vítimas e atores preferenciais, os jovens pobres acabam por se exterminarem entre si, são vítimas de grupos de extermínio ou das forças repressoras do estado, mesmo quando não se apresentam provas evidentes de sua delinquência. Estudos de Assis (1994 2005) e Mesquita (1995) já há muito demonstraram que mais de 70% dos jovens mortos por policiais ou executados por membros de gangues não têm antecedentes criminais, possuem ocupações marginais ou são estudantes. São pobres e vivem nos bairros pobres. Dados do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), analisados

por Kuehne e Barreto (2008), mostram que hoje, das 496 mil pessoas presas que superlotam o sistema penitenciário brasileiro, cerca de 150 mil são jovens entre 18 e 24 anos. Muitos estão encarcerados por crimes leves, sendo uma boa parte por porte de drogas. Nas prisões, eles convivem com pessoas reincidentes que cometem homicídios, latrocínios ou fazem parte de alguma organização criminosa. Quando saem das cadeias, muitos já foram internamente aliciados por delinquentes aculturados no sistema, acabam obrigados a prestar favores e passam a ter acesso a uma rede de contato com delinquentes de facções armadas. Nesse sentido, a prisão funciona como uma escola de criminalidade.

Do lado oposto, há no país uma naturalização das infrações das classes abastadas – em geral dirigida por adultos bem postos na vida e não por jovens –, que vivem à sombra de uma cidadania forjada na arbitrariedade e nos privilégios, num lugar social considerado por elas, acima de qualquer suspeita, fora do controle dos órgãos de segurança, defesa e justiça e se impondo sobre a sociedade. Os crimes econômicos e políticos, os conluíus entre a legalidade e a ilegalidade alimentam e são alimentados pela impunidade e contaminam a vida social. Eles são o contraponto flagrante de segmentos de uma elite que, com medo dos delinquentes que roubam e ameaçam seus bens materiais, se fecham com grades, com vigilantes e sistemas de segurança em condomínios e prédios de luxo. Pouquíssimas pessoas das classes abastadas – políticos, por exemplo – são presos e condenados. No entanto, no Brasil, a corrupção constitui hoje o mais relevante crime político-econômico, guardado sob o manto de impunidade. Crimes que, quando flagrados acabam impunes por manobras legais, influência política e morosidade da justiça (Minayo, 2012). Esse clima social de impunidade associado à morosidade da justiça permite a reprodução e a naturalização da corrupção. Por exemplo, segundo dados do Ministério da Justiça, 37% das pessoas que estão presas que correspondem a 183 mil, ainda não tiveram julgamento e não se pode garantir que sejam culpadas (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2013).

Assim, as várias expressões de violências no Brasil mostram um retrato profundo da sociedade. E, como lembra muito bem Hannah Arendt (1999), “dramatizam as causas”: de uma estrutura social desigual e injusta, de um processo de exacerbação das relações sociais, do pouco apreço aos valores públicos, da lentidão ou ineficiência do sistema de coerção e dissuasão da criminalidade. Tudo isso afeta inexoravelmente a alma do país, criando uma cultura de violência estrutural, de delinquência e de impunidade.

Quando se observa historicamente o fenômeno da violência no campo, por exemplo, embora sejam numericamente pouco representativos o número de assassinatos (média de 25/ano), segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2011) eles constituem o epílogo de histórias de ten-

sões, ameaças e agressões constantes, geradas por uma estrutura fundiária secularmente caracterizada pela concentração de propriedades, por um acirrada exploração do trabalho agrícola e por políticas públicas que, ano após ano, atuam na dinâmica concentracionista de terras, em detrimento da população indígena e camponesa.

Já nas cidades, o processo de industrialização e urbanização desordenado, que se iniciou nas décadas de 1950 e 1960, promoveu: (1) um acelerado crescimento populacional não acompanhado da ação do Estado para prover infraestrutura e políticas sociais compatíveis com as necessidades, inclusive no âmbito da educação e da saúde; (2) mudanças de valores e crenças; (3) uma transformação epidemiológica que combina permanência de problemas de saúde de países subdesenvolvidos com um perfil de mortalidade típico de países centrais do capitalismo. Assim, a ausência, a leniência e a omissão do Estado no investimento em transformações sociais que diminuam as desigualdades, em parte têm a ver com o crescimento das expressões sociais de violência tanto no campo como nas cidades.

Observando a magnitude do problema, pode-se dizer que o excesso de mortes por violências, ou seja, por fatores sociais são um fenômeno mais urbano que rural. Vivem nas cidades 82% da população, e nelas se localizam mais de 85% de todos os homicídios, embora a configuração desses eventos seja diferente nas cinco Regiões, nos Estados e nos Municípios (Souza; Lima, 2006). Dentre os mais importantes fatores que contribuem para esse triste fenômeno assinala-se a grande quantidade de armas em posse da população civil e em poder dos grupos criminosos: cerca de 70% das mortes violentas ocorrem pela mediação de armas de fogo (Brasil, OPS/OMS/USP, 2002). Assim, pode-se dizer que, no Brasil, a violência constitui um indicador negativo da qualidade de vida e é uma das maiores preocupações da população das grandes cidades, das regiões de conflito e de fronteiras. Quem mais sofre com ela é a população pobre e das áreas de favela e quem mais vocaliza o incômodo de vivenciá-la são a classe média e os ricos do país.

Quando se consideram as questões colocadas acima, não é possível considerar, como querem alguns, que os violentos assim o sejam porque são pessoas com problemas psicopatológicos (embora haja indivíduos que sofram enfermidades mentais que os levam a cometer crimes). A violência social no Brasil não se constitui nem como doença nem como uma força exterior aos indivíduos e à sociedade. Ela nasce e se nutre dos problemas pessoais e coletivos e se realizam nas consciências, nas representações coletivas e nos atos individuais e grupais. Como lembra Domenach (1981), todos os indivíduos têm sua cota de violência – nunca cabendo dizer que apenas o outro é violento – com as cores e as marcas pessoais e culturais.

Infelizmente, o crescimento da violência social nos últimos 30 anos não é apenas um problema brasileiro. Suas formas atuais de expressão mais importantes, segundo Wieviorka (1997, 2005), são internacionais. Em todo o mundo se processam mudanças sociais e políticas no papel do Estado, da sociedade civil e nas individualidades, acompanhadas tanto de expressões positivas como negativas, cuja configuração muda com o tempo e com as transformações históricas.

Nas décadas de 1960 e 1970, por exemplo, a violência mais visível para os brasileiros e em várias partes do mundo possuía uma conotação política e revolucionária e se justificava socialmente, pelo ideal de transformação do Estado e do engajamento dos jovens em projetos desenvolvimentistas. Hoje, em sua maioria, suas manifestações carecem de significado político. Ocorrem com a conivência ou o distanciamento do Estado, geralmente envolvido por interesses particularistas. Os atores das novas formas de violência, ao contrário dos chamados terroristas ou subversivos dos anos 1960 e 1970, não querem tornar o mundo mais igualitário, e sim, privatizar o Estado, corrompê-lo ou agir à sua margem.

Algumas expressões de violência e delinquência visam puramente ao lucro em atividades abrigadas comodamente dentro do mercado econômico-financeiro e outras são claramente ilegais como é o caso do tráfico de drogas e armas. Em todos os casos, no Brasil, cada dia mais, se descobrem conluios entre a legalidade e a ilegalidade, incluindo entre outros atores sociais envolvidos, políticos, empresários e funcionários públicos do poder executivo, legislativo e do judiciário. São criminosos que dão enormes prejuízos ao erário público.

Ou seja, as guerrilhas e as lutas urbanas (Wieviorka, 1997, 2005) que vêm ocorrendo a partir dos anos 1990, tendem a se apoiar em verdadeiros sistemas de troca e de produção de bens ilegais. Por isso, suas ações e efeitos funestos tendem a ocorrer principalmente nas regiões mais dinâmicas economicamente, sendo a violência mesma, um mercado produtivo e de trabalho. É claro que a violência social pós-industrial costuma incorporar também os pobres, relegados do mercado formal, oferecendo-lhes uma forma de acesso rápido a bens econômicos e de consumo.

Dentro desse raciocínio, as expressões de violência política no Brasil de hoje, cujas principais características são as várias formas de corrupção envolvendo as classes mais abastadas e que estão no poder, denunciam o fim de uma época desenvolvimentista e a conseqüente decomposição do respectivo sistema social, político e estatal.

É preciso dizer, para finalizar, que, embora as expressões hegemônicas de violência no Brasil hoje sejam instrumentais e com objetivos particularistas, nem todas têm esse sentido e direção. Por exemplo, no caso da juventude

– que em todos os períodos históricos e em todas as sociedades é o grupo que mais morre e mais mata – existe um gosto típico pelo risco, pela aventura, voltado para produzir algum sentido ou por puro prazer de contestar, como no caso dos conflitos, brigas e agressões em jogos de futebol, nas pichações, nas torcidas organizadas, nos distúrbios em bailes e baladas, ou ultimamente, nas provocações que se seguem às manifestações sociais por melhores condições de vida.

Também a chamada violência tradicional, a dos conflitos comuns entre cidadãos, como são as brigas regadas a abuso de álcool, entre vizinhos, os crimes passionais, as brigas de marido e mulher ou contra homossexuais, os furtos, por exemplo, continua a acontecer e produz muitas mortes e lesões, embora fique ideologicamente subsumida aos processos dominantes das novas formas de violência.

VIOLÊNCIA, CRIMINALIDADE E EDUCAÇÃO

Claude Chesnais (1981), na obra clássica em que analisa 200 anos de violência na Europa, tem uma frase contundente a respeito da relação desse fenômeno com a educação. Diz o autor que mais fizeram pelo decréscimo da violência social e dos homicídios na Europa a educação formal e a melhoria de vida da classe trabalhadora do que todos os aparatos repressivos. É importante assinalar que no início do século XIX as taxas de mortes violentas em alguns países da Europa chegavam a mais de 60/100.000. Duzentos anos depois elas não passam de 1/100.000 a 2/100.000 (Chesnais, 1981). O mesmo autor justifica sua afirmação dizendo que quando o ser humano não consegue usar a palavra ou apenas usá-la não é suficiente para que o contendor atinja seus fins, em geral, ele parte para utilização dos meios violentos como forma de enfrentar os conflitos. E o processo de educação formal, lembra Chesnais, ensina diálogo, reflexão e enfrentamento do contraditório, além de ser um instrumento fundamental de inclusão social e de aumento de oportunidades no mundo do trabalho.

Buscar-se-á discutir dois pontos no que concerne ao papel da educação diante da violência social. Em primeiro lugar, estudos atuais, na mesma linha já referida por Chesnais (1981), mostram que existe uma relação negativa entre nível de educação, violência e criminalidade (Lochner; Moretti, 2004; Fajnzilber; Araujo Jr, 2001; Santos; Kasouf, 2007; Becker, 2012). Esses mesmos autores, ainda que com objetivos diferentes em suas pesquisas, ressaltam que os custos sociais são maiores quando as violências e os crimes são cometidos por jovens porque, se capturados, são punidos e detidos, num momento de sua vida em que deveriam estar se preparando para contribuir para o desenvolvimento do país. Dados do Ministério da Saúde mostram que mais de 70% dos homicídios no país ocorrem na faixa de 15 a 39 anos, exatamente na população em idade produtiva. E, igualmente, a maior parte dos agressores está

nas mesmas faixas etárias (Souza et al. 2012; Ywata et al., 2007) e estimam que a perda de produtividade no Brasil por causa dos homicídios foi de R\$ 9,1 bilhões de reais no ano de 2001. Existe um forte diferencial de gênero presente nesses dados, pois 82% das mortes violentas no país são de homens (Souza et al., 2012a).

Na verdade, a violência tem uma série de motivos associados e tomar apenas a educação para análise é bastante temeroso. No entanto, aprofundando a relação entre esses dois fatos sociais, estudos de Grogger (2002) sobre a realidade americana mostram que a participação do jovem em grupos de violência ou delinquência reduz sua probabilidade de concluir o ensino médio em 5,1% e diminuir em 6,9% a de ele entrar na faculdade. Ao contrário, pesquisas (Lochner; Moretti 2004) indicam que no mesmo país, o aumento de 1% nas taxas de conclusão do ensino médio para homens entre 20 e 60 anos reduziria em torno de 1.400 bilhões de dólares os custos da criminalidade. Possivelmente esses dados americanos não podem ser transferidos para o Brasil numa leitura ingênua, mesmo porque, a hipótese mais plausível é de que a situação aqui seja muito mais catastrófica. O Censo de Educação Básica de 2013 mostra que o ensino médio no país continua estagnado, ou pior, vem perdendo alunos. No ano de 2013, foram registradas 64.000 matrículas a menos, uma oscilação negativa de 0,7%. O próprio MEC e especialistas apontam o ensino médio como o maior gargalo do sistema educacional brasileiro (INEP/MEC, 2014). Considerando os jovens de 15 a 17 anos, – grupo de risco importante para a criminalidade –, 15,8% estavam sem estudar em 2012, segundo o IBGE (2014). Os jovens definidos na literatura internacional como os ‘nem, nem, nem’, ou seja, não trabalham, estudam e não procuram trabalho são o alvo privilegiado para o aliciamento de grupos de delinquentes. Embora seja preciso lembrar, não existe um determinismo neste particular.

Portanto, é possível pensar a educação como uma forma de diminuir a violência social e a criminalidade no médio e no longo prazo, pois os indivíduos melhores preparados e com maiores qualificações conseguem se inserir melhor no mercado do trabalho, têm mais oportunidades, melhores salários, têm mais noção de cidadania e de seus direitos e deveres, o que os torna menos propensos a se inserirem em grupos criminosos.

Em segundo, é importante comentar que, tradicionalmente, existe uma resistência das escolas em abordar as questões de violência com a desculpa de que seu papel é ensinar conceitos e conteúdos que preparem os jovens para o futuro. No entanto, a violência social não poupa os educandários. Ela traz para dentro de si todos os problemas gerados fora. E a própria escola pode ser um foco gerador de violência por meio de comportamentos antissociais de educadores, funcionários e dos estudantes que competem

e se maltratam entre si. Essas práticas podem ser classificadas como maus tratos físicos, negligências, abusos sexuais, e o *bullying*, termo que sintetiza várias formas de violência psicológica. Assim a escola pode influenciar o comportamento agressivo dos estudantes de forma positiva ou negativa. No caso das crianças e jovens vítimas de violência, uma das consequências negativas é que elas tendem a apresentar comportamentos depressivos e baixa autoestima mais do que os que não sofrem violência e do que os adultos (Santos; Kassoufk, 2007). O desenvolvimento de tais problemas traz impactos sociais, emocionais e nos resultados escolares. Já no caso dos causadores da violência, existe o risco de o comportamento agressivo se cristalizar se não for devidamente cuidado pelos educadores. A história de vida de pessoas criminosas ou violentas mostram que seu comportamento foi forjado nas instituições primárias relacionadas à sua formação (Becker, 2012).

Portanto, mais do que nunca, é preciso que os educadores tenham consciência do que significa para o crescimento e o desenvolvimento dos jovens, práticas de violência frequentes em seu interior. Assim como, é importante, colocar na pauta dos colégios programas que preparem os estudantes para o diálogo e o respeito mútuo como é o caso dos que são desenvolvidos pelo 'Instituto Sou da Paz' (www.soudapaz.org), ou o 'Paz nas Escolas' do Ministério da Justiça em colaboração com a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos (portal.mj.gov.br/sedh/ct/spdca/publica.htm). É importante ressaltar que a formação para a cidadania é o que importa na busca de superação da cultura da violência. Dessa forma, não são apenas programas específicos nem a escola sozinha que devem ser privilegiados e, sim, a filosofia escolar, para quem, algumas iniciativas como as citadas podem fazer uma inflexão mais profícua sobre esse problema sócio-histórico e cultural.

CONCLUSÕES

Ao concluir esta resumida reflexão, deve-se ressaltar que nos últimos anos, há sinais de mudanças no quadro tão preocupante desenhado acima sobre o Brasil. Apesar de todos os problemas citados, desde 2004, existe uma tendência de decréscimo dos homicídios em algumas regiões do país, o que tem sido liderado por Estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. Esses Estados têm investido muito em medidas de coesão e coerção, os dois movimentos importantes para a convivência numa sociedade democrática. No entanto, os homicídios vêm crescendo na região Nordeste acompanhando o aumento do dinamismo econômico, como lembra Wiewiorka em suas análises (1997, 2006). As melhorias econômicas não têm sido acompanhadas de ações mais assertivas contra a expansão da criminalidade.

Também no sentido positivo, existe um esforço organizado do Estado e da sociedade civil orientado para reduzir

o número de mortes violentas, o que infelizmente, ainda tem apresentado poucos resultados, embora alguns muito expressivos como se constatam nas avaliações do Projeto Fica Vivo em Belo Horizonte e das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) no Rio de Janeiro (Minayo, 2012). As tentativas de atuação intersetorial em iniciativas como essas, geralmente estão focadas em áreas onde há maior risco social e para a violência, numa combinação entre projetos específicos de segurança pública e de defesa social que incluem programas de prevenção, aporte de políticas sociais de educação, saúde e assistência, apoio da sociedade civil e de empresas. Portanto, num sinal de esperança, nessa segunda década do século XXI, já é possível vislumbrar fatores gerais e específicos, alguns macroeconômicos e sociais e outros microssociais que conseguem alterar a escalada da violência, sobretudo, dos homicídios que haviam aumentado do início dos anos 1980 até 2004, 104% (Souza; Lima, 2006).

A violência, antes de ser um problema intelectual é uma questão da práxis sociopolítica que afeta materialmente a saúde dos cidadãos, traz elevados custos para as famílias, a sociedade, o sistema judiciário e penitenciário e impregna a cultura, atingindo principalmente crianças e jovens e criando várias formas de discriminação e preconceito.

Porém, não se compartilha aqui o imaginário da inevitabilidade e da falta de controle. A história mostra que a violência, por ser uma construção humana, também pode ser desconstruída. Diante das evidências históricas, é possível inferir que, entre outras intervenções para diminuir a sua incidência e as elevadas taxas de morte – acima das contabilizadas em muitas guerras – a educação pode e deve ser uma forma política de atuação, de maneira a apresentar resultados a médio e longo prazo. Pois além de desenvolver as noções de moralidade, de civilidade, de relações dialógicas e de solidariedade entre os indivíduos, o capital humano proveniente da educação aumenta a inclusão social e as perspectivas de inserção no mercado de trabalho, afastando os jovens das atividades criminosas (Becker, 2012).

Como a violência é um fenômeno complexo, não é possível se isolar um fator de atuação e intervenção de impacto único. No entanto, seja de que parte for que surjam atuações em favor da inclusão social, da redução da violência a curto, médio e longo prazo, tais iniciativas precisam contar com o entendimento do relevante papel da educação a favor da cidadania. É preciso, do outro lado, cada vez e por todos os meios que possui a sociedade, repudiar a violência política da corrupção que corrói o organismo social, se instila em toda a sociedade e se naturaliza na consciência dos indivíduos.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ARENDDT, Hannah. **Sobre a Violência hoje**. São Paulo. Ed. Civilização Brasileira, 1999.

ASSIS, Simone Gonçalves de. Crianças e adolescentes violentados: passado, presente e perspectivas para o futuro. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.10, (Supl.1), p.45-60,1994.

ASSIS, Simone Gonçalves de; AVANCI, Joviana Quintas; PESCE, Renata Pires. **Resiliência: enfatizando a proteção dos adolescentes**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

BECKER, Kalinca L. **Uma análise econômica da relação entre educação e violência**. 2012. 76 p. Tese (Doutorado em Economia Aplicada). Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Organização Panamericana da Saúde.Universidade de São Paulo. **Mortalidade por armas de fogo no Brasil: 1991-2000**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério de Educação.**Censo de Educação Básica de 2013**. Brasília: INEP/MEC, 2014.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. V.II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

CHESNAIS, Jean-Claude. **Histoire de la violence: en occident de 1800 à nos jours**. Paris: Éditions Robert Laffont, 1981.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflito no campo no Brasil**. Brasília: CNBB, 2011.

CRAIG, Ian. W.; HALTON, Kelly E. Genetics of human aggressive behaviour. **Human Genetics**, v.126, n.1, p.101-113, 2009.

DOMENACH, J. M. La violencia. In: UNESCO(Org.). **La violencia y sus causas**. Paris: UNESCO, 1981. p. 33-45.

ENGELS, Friedrich. **A dialética da natureza**. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

FAJNZYLBER, P.; ARAUJO JUNIOR, A. Violência e criminalidade. In: LISBOA, M.B.E; MENEZES FILHO, N.A.(Orgs.). **Microeconomia e sociedade no Brasil**. Rio de Janeiro: Contracapa Editora, 2001. p.333-394.

FANON, Franz. **Da violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Rio de Janeiro, v.7, 2013. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/anoario>>. Acesso em: 09 mar. 2014.

FREUD, Sigmund. **Por que a guerra?**. Obras Completas, V. XXII. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1974.

FREUD, Sigmund. **A pulsão e os impulsos**. Obras Completas, V. XIV. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1974a.

FREUD, Sigmund. **Teoria da Violência**. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 1991.

GROGGER, Jeff. Market wages and youth crime. **Journal of Labour Economics**, v.16, n. 4, p.45-61, 2002.

GUERRERO, R.; LOZANO, R.; ESPINOZA, R.; MINAYO, M.C.S; GUTIERREZ, M.I.; WARD, E. Violencia en la región de las Américas, cap. XIV. In: Finkelman Jacobo. (Org.). **Determinantes Ambientales y Sociales de la Salud**, Washington: OPAS, 2010, p. 195-210.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010: Educação e deslocamento**: acessado em 10/3/2014. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default_resultados_amostra.shtm. Acesso em: 09 mar. 2014.

JANSSEN, P.A; NICHOLLS, T.L; KUMAR, R.A; STEFANKIS, H; SPIDEL, A; SIMPSON, E.M. Of mice and men: will the intersection of social science and genetics create new approaches to intimate partner violence? **Journal of Interpersonal Violence**, v. 20, n. 1, p. 61-71, 2005.

KUEHNE, M.; BARRETO, J.C. **Plano Diretor do sistema penitenciário: diagnóstico, ações e resultados**. Brasília: Ministério da Justiça/Pronasci, 2008.

LOCHNER, Lance; MORETTI, Enrico. The effect of education on crime. Evidence from prison, inmates, arrests and self-reports. **The American Economic Review**, v.94, n.1, p.155-189, 2004.

MESQUITA, M. **Homicídios de Crianças e Adolescentes: uma contribuição para a administração da justiça criminal em São Paulo**. Relatório de Pesquisa Aplicada. São Paulo: Ministério Público do Estado de São Paulo/Unicef, 1995.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. A violência dramatiza causas. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Ednilsa Ramos de (Orgs.). **Violência sob o olhar da saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2003. p. 13-22.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de. É possível prevenir a violência? **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 4, n. 1, p. 7-24, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública**, v.10, (Supl.1) p.7-18, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência: um problema para a saúde dos brasileiros. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. p.9-42.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de. (Orgs.) **Violência sob o Olhar da Saúde: a infra-política da contemporaneidade brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; CONSTANTINO, Patrícia. Visão ecossistêmica do homicídio. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 12, p. 3269-3278, 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. Genebra: OMS, 2002.

SANTOS Marcelo Justus; KASSOUF, Ana Lúcia. Uma investigação econômica da influência do mercado de drogas ilícitas sobre a criminalidade brasileira. **Revista Economia**, v.8, n. 2, p. 187-210, 2007.

SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo; A imaginação; Questão de método; Conferências e escritos filosóficos**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

SOREL, Georges. **Reflexões sobre a violência**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

SOUZA, Ramos de Souza; LIMA, Maria Luiza Carvalho de. Panorama da violência urbana no Brasil e suas capitais. **Ciência & Saude Coletiva**, v.11, n.2. p.1211-1222, 2006.

SOUZA, Edinilsa Ramos de; MELO, André Nascimento de; SILVA, Juliana Guimarães; FRANCO, Saúl Alonso Franco; ALAZRAQUI, Marcio; GONZÁLEZ-PÉREZ, Guillermo Julián. Estudo multicêntrico da mortalidade por homicídios em países da América Latina. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 12, p. 3183-3193, 2012.

SOUZA, Edinilsa Ramos de; GOMES, Romeu; SILVA, Juliana Guimarães ; CORREIA, Bruna Soares Chaves Correia; SILVA, Marta Maria Alves da Silva. Morbimortalidade de homens jovens brasileiros por agressão: expressão dos diferenciais de gênero. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 12, p. 3243-3248, 2012a.

VIRKKUNEN M, GOLDMAN D, NIELSEN DA, LINNOILA M. Low brain serotonin Ttrnover Rrte (Low CSF 5-HIAA) and impulsive violence. **Journal of Psychiatry Neuroscience**, v.20, n.4, p.271-275, 1995.

WIEVIORKA, Michel. Violence today. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.11, n.2, p. 261-267, 2006.

WIEVIORKA, Michel. **O novo paradigma da violência**. Tempo Social, v. 9, n. 1, p.5-41,1997.

YWATA, Alexandre Xavier de Carvalho; CERQUEIRA, Daniel R. C.; RODRIGUES, Rute I; LOBÃO, Waldir J.A. **Custos das mortes por causas externas no Brasil**. Brasília: IPEA, 2007. (Texto de Discussão, n. 1268)

ZAMORA, Flores Renato. A biologia na violência. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.7, n.1,p.197-202, 2002.